

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

(Ref.^a 19/PR.AS/7Z2/251)

CADERNO DE ENCARGOS

Janeiro 2020

ÍNDICE

Capítulo I Disposições Gerais	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Elementos do Contrato e Regras de Interpretação	3
Cláusula 3. ^a Prazo de Vigência do Contrato	4
Capítulo II Obrigações das Partes	4
Secção I Obrigações do Adjudicatário	4
Cláusula 4. ^a Obrigações do Adjudicatário	4
Cláusula 5. ^a Seguros / Encargos Sociais / Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Segurança no Trabalho	4
Cláusula 6. ^a Entrega dos Serviços Objeto do Contrato	5
Cláusula 7. ^a Dever de Sigilo	5
Cláusula 8. ^a Tratamento de Dados Pessoais	5
Cláusula 9. ^a Conservação de Dados Pessoais	5
Cláusula 10. ^a Transferência de Dados Pessoais	6
Cláusula 11. ^a Dever de Cooperação	6
Secção II Obrigações do Contraente Público	6
Cláusula 12. ^a Preço Base e Preço Contratual	6
Cláusula 13. ^a Condições de Pagamento	6
Secção III Acompanhamento da execução do contrato	7
Cláusula 14. ^a Acompanhamento do Modo de Execução do Contrato	7
Capítulo III Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato	7
Cláusula 15. ^a Modificação Objetiva do Contrato	7
Cláusula 16. ^a Subcontratação e Cessão da Posição Contratual do Adjudicatário	7
Cláusula 17. ^a Força Maior	8
Cláusula 18. ^a Resolução do Contrato por parte do Contraente Público	9
Cláusula 19. ^a Resolução do Contrato por parte do Adjudicatário	9
Capítulo IV Disposições Finais	10
Cláusula 20. ^a Deveres de Informação	10
Cláusula 21. ^a Comunicações	10
Cláusula 22. ^a Caução	10
Cláusula 23. ^a Foro Competente	10
Cláusula 24. ^a Direito aplicável e Natureza do Contrato	11
Cláusula 25. ^a Contagem dos Prazos	11
Anexo I Especificações Técnicas	12
Anexo II Código de Conduta para Adjudicatários	14

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de Serviços de Contabilidade”** de acordo com as especificações técnicas do **Anexos I** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a Elementos do Contrato e Regras de Interpretação

1. Na execução e interpretação do Contrato, observar-se-ão as respetivas cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, aplicando-se, a tudo o que for omissos, o Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Águas do Algarve, S.A. e o Adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo de Vigência do Contrato

O contrato tem um prazo de vigência de **24** (vinte e quatro) **meses** a contar da data de sua assinatura, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do Adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
 - a. Executar o objeto do contrato, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, com respeito pelas regras vertidas no Código de Conduta para Adjudicatário, que constitui o **Anexo II** do presente Caderno de Encargos;
 - b. Cumprir a legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
 - c. Prestar as informações que forem solicitadas pela AdA;
 - d. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - e. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - f. Realizar o trabalho da adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados.

Cláusula 5.^a

Seguros / Encargos Sociais / Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Segurança no Trabalho

1. O Adjudicatário é responsável por assegurar os encargos sociais e seguros estabelecidos na legislação para todo o seu pessoal, bem como ao pessoal subcontratado.
2. O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, bem como a pessoal subcontratado, sendo de sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 6.ª

Local de Execução dos Serviços Objeto do Contrato

Os serviços objeto do contrato devem ser executados na morada indicada no quadro abaixo.

Instalação	Morada	Coordenadas Google
Sede de Faro	Rua do Repouso, nº 10, 8000-302 Faro	37 00' 48.22" N, 7 56' 00.77" W

Cláusula 7.ª

Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª

Tratamento de Dados Pessoais

O Adjudicatário deve tratar os dados pessoais que aceda no decurso da execução do contrato em representação da Entidade Adjudicante, observando integralmente a legislação especial aplicável.

Cláusula 9.ª

Conservação de Dados Pessoais

O Adjudicatário deve conservar os dados pessoais recolhidos apenas durante o prazo que for necessário, no âmbito da execução do contrato e de acordo com as instruções dadas pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 10.^a

Transferência de Dados Pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, salvo autorização expressa e escrita da Entidade Adjudicante.

Cláusula 11.^a

Dever de Cooperação

O Adjudicatário deve cooperar com a Entidade Adjudicante ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação da Entidade Adjudicante;
- b) Quando qualquer das empresas do GRUPO AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 12.^a

Preço Base e Preço Contratual

1. O preço base do procedimento foi fixado nos termos do n.º I do Artigo 47.º do CCP e corresponde a **2.000,00 EUR/Mês** (dois mil euros por mês), acrescido de IVA a taxa legalmente em vigor.
2. O preço contratual que a entidade adjudicante se propõe pagar pelos serviços e pelo período máximo de 36 meses é de **48.000,00 EUR** (quarenta e oito mil euros).
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a

Condições de Pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Contraente Público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos

serviços objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao Adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.
4. O não pagamento dos valores contestados pelo Contraente Público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento do Modo de Execução do Contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o Gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, informa o Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Modificação Objetiva do Contrato

Assumindo os fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ser modificado observando-se as limitações previstas no artigo 313.º do CCP

Cláusula 16.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos

Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 18.^a

Resolução do Contrato por parte do Contraente Público

- 1. O Contraente Público pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 19.^a

Resolução do Contrato por parte do Adjudicatário

- 1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 21.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada ou correio eletrónico, para os seguintes contatos.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 22.^a

Caução

Dado que o preço contratual que resultar do presente procedimento é inferior ao limiar definido pelo n.º 2 do artigo 88.º do CCP, respetivamente de 200.000,00€ (duzentos mil euros), não há lugar a prestação de caução.

Cláusula 23.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

Direito aplicável e Natureza do Contrato

1. Em tudo o que se encontrar omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação portuguesa em vigor;
2. O contrato tem natureza administrativa.

Cláusula 25.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(a que se refere o n.º I da cláusula 1.ª et al)

I. O Adjudicatário deverá assegurar o cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais decorrentes da legislação em vigor, mais concretamente:

- a)** Classificação e revisão da contabilização de documentos na contabilidade, segundo as IAS/IFRS, e de modo a assegurar análises em termos económicos e fiscais, e asseverar as obrigações fiscais declarativas;
- b)** Análise aos balancetes mensais de razão e analíticos, bem como Demonstração de Posição Financeira e Demonstração de Resultados e Rendimentos, para suporte e análise e verificação do resultado mensal;
- c)** Apresentação das DMR (Declaração Mensal de Remunerações) com as Retenções na Fonte para Segurança Social e IRS, a enviar nos prazos legais em vigor;
- d)** Elaboração das Guias de Pagamento da Segurança Social (Recursos Humanos), e Guias de pagamento do IRS retidos no mês anterior, para pagamento nos prazos legais em vigor;
- e)** Preenchimento de um mapa para controle dos pagamentos de recibos verdes com retenção de IRS (25%) e serviços prestados (11.5%), que vai servir de base ao pagamento das retenções efetuadas nos prazos legais em vigor. A estes pagamentos juntam-se eventualmente retenções de capitais de dividendos distribuídos aos sócios, prediais se for caso disso, a pagamentos de desempenho de Gerência por representantes de firmas associadas ou quaisquer outros;
- f)** Elaboração/validação da declaração mensal periódica do IVA;
- g)** Calcular a estimativa mensal do IRC, a partir do resultado até ao mês em questão, devidamente corrigido fiscalmente, como se fosse preenchida a Modelo 22 no seu quadro 07;
- h)** Preenchimento da IES Informação Empresarial Simplificada, declaração com toda a informação sobre a atividade da empresa em termos de Contabilidade, Pessoal e Trabalho, Obrigações Fiscais e Estatísticas com Demonstração de Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Rendimentos e Anexo ao Demonstração de Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Rendimentos (obrigação anual);

- i) Preparação de dossier fiscal com a apresentação de Contas do Exercício, Anexos e arquivo de toda a Documentação, bem como toda a informação das obrigações declarativas e financeiras exigidas pelo Código Comercial e Leis fiscais;
- j) Outras obrigações que pontualmente possam existir e inerentes à função do Contabilista Certificado.

2. Para o exercício das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário deverá estar presente na instalação da Entidade Adjudicante nos termos da **Cláusula 6.ª** do presente Caderno de Encargos, pelo menos 4 (quatro) horas por dia, todos os dias úteis, durante o horário de expediente, i.e., das 9:00 as 18:00, até ao término do período vigência do contrato.

ANEXO II
CÓDIGO DE CONDUTA PARA ADJUDICATÁRIOS
(a que se refere a alínea a) do n.º I da cláusula 4.ª)